

editorial  
editorial  
entrevista  
interview  
ágora  
agora  
tapete  
carpet  
projeto  
project  
expediente  
credits  
próxima vírus  
next virus

**V!23**

REVISTA V!RUS  
V!RUS JOURNAL

issn 2175-974x  
dezembro . december 2021



ÁGORA  
AGORA

TRANSFLUÊNCIA: REFLEXÃO URBANÍSTICA SOBRE UM CONCEITO  
TRANSFLUENCY: AN URBANISM PERSPECTIVE  
CARLOS HENRIQUE DE LIMA

PT | EN | PDF

**Carlos Henrique Magalhães de Lima** é arquiteto e urbanista, Doutor em Urbanismo e Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). É membro do Grupo Arquivos, fontes e narrativas: entre cidade, arquitetura e design, da Universidade de Brasília e pesquisa relações entre ativismo e espaço urbano, e relações raciais em espaços urbanos. carloshenrique@unb.br <http://lattes.cnpq.br/7899321988947015>

Como citar esse texto: LIMA, C. H. Transfluência: reflexão urbanística sobre um conceito. **V!RUS** n. 23, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=8&lang=pt>>. Acesso em: 03 Jun. 2023.

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2021

## Resumo

O artigo problematiza a incorporação da dimensão racial em ativismos sociais nas cidades a partir do termo "transfluência". O conceito foi elaborado pelo pensador quilombola Nego Bispo para refletir – entre outros fenômenos – sobre o conjunto heterogêneo e vagamente articulado de concepções da existência das populações negras, no Brasil. Para Bispo, essas experiências derivam de cosmologias diversas e referências identitárias que formam modos particulares de resistências e colaborações próprias ao espaço-tempo geopolítico do Sul Global. Nesta abordagem de caráter teórico, o objetivo é promover reflexão crítica cotejando conceitos associados a identidades de lutas. Metodologicamente, tratamos aqui de associar fontes teóricas relacionando a transfluência ao termo repertórios de ação coletiva: conjunto estruturado, mas flexível, de formas de agir em ciclos de ativismo. Espera-se que a análise de eventos insurgentes face às práticas urbanísticas no porto do Rio de Janeiro e de Salvador possam criar referências para uma historiografia regional, já que o cruzamento entre a ideia de transfluência e o par conceitual repertório/performance é potencialmente capaz de ampliar o quadro de estudos dedicados aos ativismos de aspecto espacial.

**Palavras-chave:** Transfluência, Nego Bispo, Repertório, Práticas urbanísticas

## 1 Introdução

O conflito racial é um fenômeno estruturador da vida social no Brasil. No Rio de Janeiro colonial, realeza e escravizados dividiam os mesmos lugares, o que levou grupos hegemônicos a produzir códigos de distinções no espaço cotidiano. Por meio de práticas urbanísticas, (FARIAS FILHO, 2013) Estado, população nobre e classes médias produziram dinâmicas para se separar de escravizados e libertos (brasileiros e africanos). O urbanismo (enquanto campo disciplinar) se forma no Brasil com esse propósito e a partir de características muito diferentes daquelas produzidas no continente europeu. A exemplo do que ocorreu em espaços urbanos no norte do continente africano (AVERMAETE, 2010), o país foi laboratório fértil para construção de mecanismos com propósito de segregar negras e negros, reduzir suas possibilidades de emancipação por meio de ordenamento fundiário excludente (FRIDMAN, 2017), privá-los dos benefícios de sua própria força de trabalho (MAMIGONIAN, 2017) e controlar sua circulação no espaço público (REIS, 2019).

Neste contexto, populações negras produziram formas de se comunicar e de usar o espaço de forma flexível. O pensador brasileiro Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nego Bispo (2015), formulou o conceito “transfluência” para se referir a compreensões negras – sobretudo quilombolas – forjadas para atravessar os efeitos da colonização. Transfluência envolve a busca por uma vida em equilíbrio com todas as formas de existência – denominada biointeratividade, quer dizer, relação próxima entre natureza e cultura, sem separação radical. Para Bispo, processos organizativos de aspecto territorial – a exemplo de quilombos e terreiros – ou organizações sociais – as maltas de capoeira, os congados – são todos fenômenos da transfluência. O termo ultrapassa a esfera cotidiana, e abrange as lutas negras contra o racismo e por uma vida livre. Assim, as insurgências coloniais constituem um dos focos empíricos fundamentais no pensamento do autor.

Nas regiões portuárias do Rio de Janeiro e Salvador, dois movimentos insurgentes semelhantes surgiram a partir das ameaças políticas produzidas pelo Estado. Essas lutas se caracterizam por um tipo de relação com o espaço público diferente daquelas consagradas em protestos urbanos em regimes democráticos. No Rio de Janeiro e em Salvador, negras e negros transformaram os tempos e modos de circulação na cidade a partir de formas inventivas de manifestação. Pela flexibilidade de associações entre sujeitos, as relações distendidas e fragmentadas com a rua, produzidas pela população negra, resultaram em improvisações que desestabilizaram os poderes instituídos. Ao longo de suas experiências nas ruas, cativos e libertos, trabalhadoras/es africanas/os e brasileiras/os, reagiram às ordens urbanísticas incorporando elementos de cosmologias muito diversas em seus conteúdos e formas de manifestação. Com isso, além do aspecto estratégico e objetivo, destaca-se a faceta identitária e associativa de suas ações.

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre o termo transfluência a partir de possíveis cruzamentos e contrapontos com o par conceitual repertório/performances dos estudos sobre ativismo. Para isso, recorreremos a Charles Tilly (2008), para quem repertórios, em sua versão relacional e permeável, são conjuntos relativamente estruturados, mas flexíveis, de performances acumuladas e recombinadas no curso de políticas contenciosas (TARROW, 2008). Metodologicamente, trata-se de um texto crítico realizado a partir do cotejamento de fontes bibliográficas. Argumenta-se que esta reflexão é potencialmente capaz de produzir referências para compreensões do Sul, com contrastes e proximidades em relação a conceitos e noções consolidadas. Propõe-se que o termo “transfluência” possa contribuir para abordagens dedicadas a construir referências que ampliem a história e a crítica da formação urbanística nas cidades onde a escravidão foi determinante – que é o caso do Brasil. Portanto, espera-se que esta articulação entre conceitos possa oferecer entendimento das estratégias de luta em contextos históricos marcados pela violência colonizadora.

## 2 Transfluência

Transfluência é termo que remete a maneiras que a população negra encontrou para construir estratégias de desestabilização de sistemas e ordens. Nego Bispo elaborou o conceito pensando nas relações entre “saberes orgânicos” (relacionados aos “sentidos do ser”) e “saberes sintéticos”, de caráter material e produtivo, relacionados aos verbos “conter” e “conformar” (BISPO, 2021, p. 214). Para Bispo, relações forjadas no trânsito cosmológico afro-indígena, de saberes compartilhados entre esses povos nos quilombos e terreiros, influenciaram os processos de mobilização e de lutas de negros e negras. Inspirado pela organicidade dessas ações coletivas, o autor reconhece a transfluência como o entendimento de mundo que permitiu desfazer as “relações psicológicas de confinamento e dominação” (ibid., p. 213) elaboradas no colonialismo. Por estar relacionada diretamente à capacidade dos sujeitos de combinar vida presente às memórias ancestrais, a transfluência torna-se tecnologia de sobrevivência.

A transfluência foi sedimentada lentamente por meio de interação comunitária entre os povos minoritários. Por séculos, ocorreu a composição de “movimentações cosmológicas” e expressões que nunca puderam ser totalmente capturadas pelos colonizadores (BISPO, 2021, p. 211). É um pensamento amparado nas tradições orais e que permite às gerações se comunicarem mesmo que não habitem o mesmo espaço-tempo. Com efeito, formam-se relações sofisticadas “de deslocamento [em que] vivemos a quebra de todo o pensamento contendedor” e de suas razões instrumentais (idem). Bispo (2021) apresenta a transfluência como reedição da vida negra nos territórios alheios. Em outras palavras, a formação de um território cosmológico referido a organizações espaciais como terreiros, quilombos e favelas; e a manifestações (episódicas ou contínuas, visíveis ou não) como reisado, congado e capoeira.

Para explicar como desenvolveu o conceito, Bispo recorda de sua conversa com uma liderança indígena. Para o pensador, as águas doces do rio São Francisco, no Brasil, atravessam o oceano Atlântico e se encontram com as águas do rio Nilo, no continente africano, “pelos rios do céu, pelas nuvens, pela evaporação” (BISPO, 2021, p. 213). Ele nos diz o seguinte:

A imagem que mais me convence sobre a transfluência é esse movimento das águas doces, pois elas evaporam aqui no Brasil e vão chover na África, transfluindo pelo oceano sem precisar passar por ele. Dessa forma que nossa memória ancestral está aqui, ela vem pelo cosmos. Esta é, do ponto de vista cósmico e físico, a imagem que tenho da transfluência (BISPO, 2021, p. 213).

Quer dizer, a transfluência se apresenta como parcela ingovernável dos movimentos das populações negras, o

que “faz com que nossas lutas permaneçam e os colonialistas não consigam nos identificar em todos os momentos” (BISPO, 2021, p. 213). Por isso, o conceito é fundamental para compreender insurgências e lutas negras. Bispo cita a Revolta dos Malês (1835), liderada por grupos étnicos mais islamizados da África Ocidental, e nos recorda que “seus participantes usavam brincos identificadores e vestiam roupas totalmente brancas no dia da ação armada” (BISPO, 2015, p. 60). A memória desses códigos tácitos e pervasivos ressoou no espaço social de Salvador. Como rios, correram para influenciar a imaginação política no país.

No Brasil, a longa e difícil luta política pela abolição e liberdade foi elaborada por meio de estratégias múltiplas, que tiveram que se adaptar às circunstâncias cambiantes para atingir visibilidade e obter resultados concretos (ALONSO, 2015). De forma semelhante, argumentamos que a relação fragmentada com o espaço urbano referida na introdução do trabalho, formou uma maneira de fazer política fora do âmbito institucional, nas praças e ruas país afora. Isso impactou o nível de organização e a capacidade destes sujeitos em adaptar suas táticas face a contextos em constante modificação. A transfluência nos ajuda a refletir aqui sobre movimentos que se definem a partir de suas relações nas ruas. Assim, os portos do Rio de Janeiro e Salvador tornam-se espaços privilegiados de observação dessa densa trama em que se entrelaçam diferentes dimensões da vida urbana. Por sua centralidade e importância, argumentamos que o porto é lugar das tensões constitutivas implicadas em oposições que ensejaram, de um lado, a emergência do campo urbanístico; de outro, a formação de repertórios de luta marcado por contrastes entre “pensamento monista desterritorializado” e “pensamento pluralista territorializado”; entre “estruturação vertical” contra “elaboração circular”; “colonização” e “contra colonização” (BISPO, 2015, p. 28).

Com efeito, transfluir é fazer a vida por múltiplos deslocamentos, mesmo diante de expedientes (urbanísticos) direcionados para construções sociais hierarquicamente definidas. A análise da transfluência pode ser um meio privilegiado de investigar as sociedades desiguais resultantes da violência colonizadora. Consideramos que coletivos negros como as tropas (no Rio de Janeiro) e os cantos de trabalho (em Salvador) construíram identidades de modo relacional às práticas urbanísticas. Com isso, criaram atributos que nunca se mostram estáveis ou essenciais. Sugerimos que a experiência destes grupos possui relações com a transfluência, devido a trocas de saberes no curso das exclusões sócio territoriais da população negra por meio das “práticas urbanísticas”, termo que se refere a conjunto muito heterogêneo de ações que envolvem os sujeitos promotores da urbanização, suas técnicas, discursos e resultados obtidos (FARIAS FILHO, 2013).

Sem querer reduzir a diversidade de processos envolvidos na urbanização das regiões, ou mesmo desconsiderar a complexidade das táticas de lutas contra coloniais no Brasil, propõe-se que espaços como porto do Rio de Janeiro são historicamente configurados, por um lado, por ações de controle elaboradas por vertentes dominantes (GONÇALVES e COSTA, 2020); por outro, por experiências e insurgências negras. Em seu caráter instável e cambiante, cantos e tropas produziram ações políticas que resultaram não apenas na formação de dispositivos urbanísticos, como inspiraram reelaborações teóricas nascidas das materialidades de pensamentos do Sul Global – nesse caso, repertórios de luta de matrizes ancestrais, afro diaspóricas, cujos efeitos são discerníveis na esfera pública.

### **3 Tropas e cantos de trabalho: transfluência no cotidiano de lutas**

As ações urbanísticas de controle estão na base de soluções imaginativas produzidas por negras e negros nos espaços aqui considerados. Impedidos de residir nos locais de trabalho, por não ter ganhos que garantiriam moradia num mercado de terras excludente, perambulavam pelas ruas cotidianamente. Ao longo de dias e noites, esses grupos acabaram criando redes de proteção e ajuda mútua. Nas áreas centrais de Rio e Salvador, coletivos negros transfluíram experiências e saberes associados a domínios variados da vida. Na perspectiva negra, as disputas pelo espaço urbano são incessantes, por isso tornam-se fenômenos multidimensionais em que se entrecruzam questões relacionadas à cultura e ao trabalho.

Em Salvador, os cantos de trabalho tiveram função precípua de enfrentar coletivamente problemas relacionados ao trabalho ao mesmo tempo em que lutavam por sobrevivência (REIS, 2019). No Rio de Janeiro, as tropas formaram agregações que se desdobraram em diferentes espaços e com variadas finalidades, colocando em xeque a capacidade de controle dos poderes constituídos (ARANTES, 2005). As duas greves organizadas pelos cantos e tropas, em Salvador e no Rio de Janeiro, são importantes eventos para pensar no desenvolvimento de táticas políticas fora dos âmbitos institucionais. A seguir, enfatizamos algumas ações de controle.

#### **3.1 Ações urbanísticas de controle**

Após a independência, o Rio de Janeiro consolidou sua posição de centro político, administrativo e financeiro do Império, tornando-se núcleo urbano movimentado e cosmopolita. Com quase 275 mil pessoas contadas no censo de 1872, o Rio tornou-se o maior mercado consumidor urbano do país (CRUZ, 1999). Para termos ideia do espaço social a que nos referimos, na metade do século XIX quase 65% dos trabalhadores que estavam empregados nos 1013 estabelecimentos artesanais e industriais do Rio de Janeiro eram escravos, os demais eram trabalhadores livres brasileiros e estrangeiros (CHALHOUB, 1990). O Brasil teve muitas décadas de escravização no próprio território, mesmo após a proibição do comércio negreiro no Atlântico. Isso confere contornos próprios ao espaço urbano do Porto, onde acumulação material é exercida por meio da violência não econômica e expropriações da população não nobre são importantes para afirmar o exercício de hegemonia.

Para Gonçalves e Costa (2020, p. 32), esse fenômeno pode ser definido como acumulação capitalista entrelaçada, em que há "interconexão e interpenetração não só das diferentes regiões do mundo, mas também de diferentes épocas históricas e distintas dimensões da expansão capitalista". Sem exaurir as possibilidades do termo, ressaltamos três dos pontos apresentados pelos autores: i) incorporação de novos espaços não mercantilizados para o processo de acumulação; ii) separação entre trabalhadores e meio de produção; iii) entrelaçamento crescente de categorizações sociais relativas à etnicidade, raça e gênero (ibid., p. 32-33).

A combinação de legislações voltadas para controle social e privatização deixou marcas sentidas até hoje na vida urbana do Rio de Janeiro. Ao menos, as práticas urbanísticas construídas nesse contexto envolvem ações nas seguintes direções: a) normas e expedientes legais forjados com intuito de promover a assimilação do capital do antigo tráfico de pessoas, tornando-o legal e mantendo-o nas mãos de traficantes, da classe de pequenos proprietários e de dirigentes locais; b) constituição de uma economia local a partir da mão de obra de libertos e cativos em diferentes setores – circulação de bens e pessoas, trabalho na estiva, construção civil, comércio nas ruas; c) regulação da vida urbana por parte do aparato de controle do Estado oitocentista. Portanto, trata-se de uma miríade de conteúdos forjados para aprisionar e controlar a população negra, afetando seus meios concretos de vida e sua própria subjetividade (BISPO, 2021).

A estrutura urbana do porto de escravos tornou-se um espaço produtivo da cidade enquanto promovia-se o enrijecimento das disposições espaciais e centralização de funções. Tal disposição criou trecho urbano relativamente homogêneo e próprio para acumulação. Nessa direção, a transformação de edifícios em trapiches ou a construção de novos entrepostos para aduana, numerosos e dispersos, foram fundamentais ao desenvolvimento da estrutura urbana (HONORATO, 2015). A constituição dos chamados "trapiches alfandegados" (idem) mostra a permeabilidade entre atores públicos e privados que convergiram para as reformas urbanas do início do século XX. As transformações da gestão do prefeito Pereira Passos, embora agregue representações ideológicas e métodos dos modelos urbanos progressista e higienista – que empolgava as camadas dominantes – não enfrentou a desigualdade social, mas aprofundou-a, justo o contrário do ocorrido no contexto europeu, em que novas formas de urbanização mexeram na estrutura social.

Outro ponto relevante: ao menos desde o século XVIII, a igreja católica teve papel central na ocupação da região em torno do porto – e não apenas ali. As ordens e irmandades religiosas detinham grande número de propriedades fundiárias e utilizaram mão de obra escravizada ou de recém libertos para construção civil. Ocorre que as moradias eram arrendadas para esses mesmos trabalhadores, que muitas vezes não tinham capacidade de arcar com os custos. Além disso, controlavam benfeitorias "como os colégios, os hospitais, o porto, os chafarizes, o escoamento das águas, os mercados ou marcos simbólicos como igrejas, cemitérios e locais de passagem de procissões" (FRIDMAN, 2017, p. 49). Estes fenômenos talvez demonstrem a historicidade da formação urbanística no Brasil, tradicionalmente descrita como uma unidade estanque, que se afirmou progressivamente no espaço urbano com objetivos claros e definidos, todos transpostos da matriz europeia.

A população não nobre (majoritariamente negra) foi mantida alienada de seu trabalho e separada do meio de subsistência mais importante: a terra. As transformações resultantes da abertura dos portos às nações amigas e a construção de equipamentos públicos após a fuga da família real portuguesa para o Brasil em 1808, teve impactos significativos na escravização do ponto de vista político, com reverberações nos processos políticos da abolição. Mas ressalta-se que a população negra ficou à mercê de um mercado de terras predatório, entregues à própria sorte. Para negros e negras, Estado e empresas forjaram dispositivos/edifícios de controle como ocorreu com a constituição do Lazareto da Gamboa, na região do Valongo, em 1810 – empreitada capitaneada por traficantes de escravizados; ou o Cemitérios dos Pretos Novos, na verdade uma espécie de lixão, necrópole repleta de membros e corpos aflorados. Na Europa, ideologias e características programáticas do urbanismo surgem associadas a um processo que se desenha no curso da industrialização em massa, da concentração dos núcleos produtivos e concomitante expansão de cidades por meio de instalações técnicas em redes de circulação de energia, de mercadorias e de pessoas (CALABI, 2012). No Brasil, sua fonte e foco talvez tenha sido outra: controlar negros, indígenas e migrantes pobres por meio da interseção de expedientes materiais e simbólicos.

### 3.2 Estratégias de luta

Mesmo com o fim do tráfico de escravos, os que alcançassem a manumissão deveriam prestar serviços por 14 anos até que pudessem adquirir a liberdade de fato (MAMIGONIAN, 2017). O trabalho desses chamados "africanos livres" multiplicou o patrimônio de pequenos proprietários, a quem eram cedidos, e contribuiu para obras públicas de desenvolvimento do país. Como a maioria desses africanos era do sexo masculino, eles formavam a "mão de obra fundamental para obras públicas que transformavam o espaço da Corte e dos arredores, para as instituições militares-fabris e para o serviço público, que se expandia" (ibid., p. 150). Na Bahia, dezenas de africanos livres cumpriram o serviço obrigatório de 14 anos no arsenal da marinha, entre 1834 e 1850. A obra contou ainda com o recrutamento involuntário de índios, mestiços e negros livres, considerados ociosos e improdutivo (ibid., p. 164). Os escravos de ganho e africanos livres precisaram lidar com uma gama variada de condições de vida e de trabalho, sendo encaminhados a serviço de particulares ou instituições públicas (MAMIGONIAN, 2017, p. 139). Eles estavam em relação de trabalho permanente com imigrantes europeus, índios e trabalhadores pobres, de origem africana ou não. A vida nas ruas dos portos de

Salvador e do Rio de Janeiro produziu formas associativas distendidas, caracterizadas por laços de solidariedade e vida comum de caráter político.

Em 1857, a greve negra dos ganhadores de Salvador paralisou a cidade por cerca de dez dias em praticamente todas as suas extensões de atividade. Os “cantos de trabalho” se mobilizaram após um conjunto de medidas fiscais contra os africanos. Estes coletivos laborais representavam “a mais acabada solidariedade e espírito comunitário do trabalhador africano de rua na Bahia oitocentista” (REIS, 2019, p. 83). O início do movimento, em junho daquele ano, paralisou a locomoção de pessoas e o transporte de mercadorias; além da mão de obra nas construções e no trabalho do porto. O amplo universo ocupacional impactado pela greve, mostra a dependência que a cidade mantinha dos cativos, mesmo que para desempenhar os serviços mais essenciais. O ineditismo do movimento dificultou as reações. Afinal, como repreender um movimento que não está nas ruas? Com esses desvios, os ganhadores provocaram a municipalidade e advertiram para o caráter político (e não apenas fiscal e econômico) da paralisação (REIS, 2019, p. 178). As fontes históricas informam que a reação do Estado e das classes dominantes foi o controle ainda mais rigoroso das organizações laborais, uma tentativa de corroer lentamente a existência material precária de pessoas já bastante castigadas pela vida (idem).

Algumas características dos escravizados e libertos nas ruas dão a dimensão de como os saberes orgânicos (BISPO, 2021) se manifestam: a) a característica porosa e permeável do tipo de circulação que realizavam na cidade ao longo do turno de trabalho; b) a extensão do tipo de atividades realizadas e a constituição de relações entre grupos que ultrapassaram as questões produtivas. Quanto ao primeiro aspecto, diferentemente do tipo de trabalho que ocorria numa plantação tipicamente escravista, a jornada de ganho na cidade era “quase sempre descontínua, retalhada, e não só pelos hiatos entre um serviço e outro” (REIS, 2019, p. 89). No intervalo entre as atividades ditas produtivas, era comum que escravos baixassem gamelas, tabuleiros ou a cadeira vazia para jogar ou assistir uma roda de capoeira, participar de uma roda de samba, “visitar parente, amor ou amigo, consultar um adivinho ou uma curandeira na periferia da cidade[...]” (idem). Assim, as associações entre escravos e libertos formavam práticas que se contrapunham à moral mercantil dos senhores e a sua regulação urbana. Essa cultura possante forjou um conjunto de sociabilidades em que convergiam dimensões étnicas, de classe e gênero, formando um ambiente de diferentes línguas, origens e visões de mundo. Em Salvador, os cantos de trabalho se convergem em “símbolos da ocupação negra do espaço público”, e provocaram disputas (ibid., p. 110). Para dar exemplo, “as ganhadeiras não apenas atrapalhavam o trânsito – eterno problema –, mas também ofendiam com seus peixes e outros frutos do mar o olfato dos moradores do lugar[...]” (ibid., p. 111).

Meio século depois, no Rio de Janeiro, a greve geral de 1903 contou com forma semelhante de solidariedade entre trabalhadores. O movimento foi organizado pelos trabalhadores das tropas de trabalho, formadas por negros contratados por inúmeras firmas privadas em regime de trabalho avulso. Estes grupos se aglomeravam nas ruas, passavam o dia diante de paredes que ostentavam painéis de avisos que eram preenchidos conforme surgiam demandas do dia. Os encargos diários muitas vezes não exigiam qualificação ou critérios prévios (ARANTES, 2005). As oscilações do fluxo de mercadorias faziam com que os proprietários chamassem os trabalhadores de acordo com a quantidade de carga a ser embarcada. A greve geral se iniciou com os trabalhadores das fábricas de tecido, que logo foram acompanhados por pedreiros, carpinteiros, operários e estivadores. A organização das tropas, ocorreu em torno de interesses e objetivos comuns, sem assembleias ou discussões prévias. Mas as tropas “eram redes informais de comunicação e saberes compartilhados” (ARANTES, 2005, p. 55) o que resultou numa formação política que enfrentou uma ordem social hierarquizada e violenta.

Até aqui, nos referimos aos homens porque as mulheres encontravam outras dificuldades em relação às ruas. Além dos cantos e tropas, as ganhadeiras tiveram importância na formação de laços solidários produzidos nos espaços públicos. Machado e Ariza (2018, p. 137), analisando o período entre 1870 e 1888, em São Paulo, mostram que cativas, libertas e livres “tiveram que organizar suas vidas a partir dos limites que se impunham às mulheres afrodescendentes na sociedade brasileira”, já que o deslocamento na cidade só era possível quando autorizado por homens e famílias que detinham sua tutela. Isso tornava o emprego doméstico o espaço quase único para que conseguissem salário e autonomia. Mesmo assim, muitas atuaram no ganho, trabalhando nas ruas, o que lhes permitiu conseguir valores suficientes para subsistência e para compra de alforrias. Mesmo com dificuldades e obstáculos agravados, as ruas tiveram influência na experiência cotidiana e no destino de mulheres negras e seus descendentes.

Conforme já tratado na seção anterior, o mercado predatório de terras dificultou o acesso à moradia por parte de negros e negras. Muitos homens residiam em regiões afastadas dos locais de trabalho, ou não tinham domicílio fixo, o que os levava a passar a noite em hospedarias ou mesmo dormir nas ruas para permanecer nas áreas centrais da cidade. Com isso, conseguiram serviços adicionais e experimentaram a vida naquilo que escapa às determinações do ritmo de trabalho (ARANTES, 2005, p. 115). Nos trapiches e ruas, negros e negras tiveram sua força de trabalho expropriada e produziram formas associativas complexas. Assim, sugerimos a seguir o cruzamento entre as noções de transfluência e o par conceitual repertório/performance, sobretudo em suas formulações mais recentes, cujas características apontam para ações formadas por entendimentos, memórias, acordos no curso da ação ativista.

#### **4 Transfluência e repertório: par conceitual**

Para Bispo, os fenômenos da desterritorialização, da subtração de experiências subjetivas e espirituais em favor de atividades relacionadas ao mundo do trabalho constitui um processo de apagamento de memórias e saberes que visa a constituição de artificialidades – a manufatura, os saberes sintéticos, a fabricação de bens (BISPO, 2015, p. 51). A “guerra de colonização é territorial” e os povos contra-colonizadores têm demonstrado capacidade de conviver com as agruras desses processos (idem). Para Bispo, sucessivas ressignificações de identidades em meio aos mais perversos contextos de racismo, discriminação e estigmas, associadas à readaptação dos modos de vida da população negra, resultou em territórios retalhados, descaracterizados e degradados. E foi por meio da associação de linguagens orais com a escrita dos colonizadores que se forjaram os “saberes orgânicos” transfluentes (idem).

As abordagens dedicadas a investigar as ações e os meios de agir, quer dizer, os recursos e expressões empregados por ativistas para fazer influir suas demandas, encontra na noção de “repertório” uma ideia-chave fundamental. O termo começa a ser elaborado nos anos 1970 (o repertório de ações coletivas) e incorpora gradualmente uma faceta performática (ALONSO, 2009; 2012). Os contornos do termo foram elaborados até os anos 2000, quando as excitações políticas forjaram novos sentidos para o fazer junto. A história do conceito é configurada por mutações de curso e reorientações que revelam não só o pensamento prolífico de seu principal teórico, Charles Tilly, mas a própria profusão das ações contestatórias na cidade. “Repertórios são criações culturais assimiladas, mas que não são herdadas de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta.” (TILLY, 1995, p. 26).

Os movimentos da população negra nas ruas, episódicos ou contínuos, podem ser caracterizados, em certa medida, como ações de “política contenciosa”, que “ocorre em público, envolve a interação entre os próprios demandantes e outros atores” (McADAM, TARROW e TILLY, 2001, p. 5, tradução nossa), realizado fora de organizações bem definidas (igrejas, associações etc). Portanto, o foco recai nas ramificações políticas de mobilização abertas e imprevistas, cujas características estão muito relacionadas ao uso dos espaços públicos. O repertório é uma linguagem, estrutural e estruturante, “é conhecimento social sedimentado, mas só pode existir se ativado pelo uso “que faz a língua variar na fala, em dialetos, em sotaques” (ALONSO, 2012, p. 25). E nesse sentido poderíamos aproximar os termos repertório e transfluência, já que é por meio do uso que se confere sentido à ação.

As estratégias transfluentes empregadas por tropas e cantos, são feitas de inversões, deslocamentos e condensações em um contexto permeado de violências. Em que pese a heterogeneidade de desafios que enfrentaram, as sublevações grevistas (amplo sentido) aqui citadas lidaram com a mutabilidade das práticas urbanísticas, feitas e refeitas para controlar, dividir e separar seus corpos. Sem assembleias ou deliberações, cantos e tropas produziram um estilo particular de ativismo. Suas ações tranfluentes interseccionaram nexos entre política e modos de vida para desfazer as posições que lhes foram destinadas, investindo em solidariedades que afirmam a mistura e o convívio com as diferenças (BISPO, 2015) como algo desejável para efetivar os espaços públicos e a própria ideia de democracia urbana.

Se considerarmos que o impacto de um movimento transcende a sua ocorrência e “perdura nas práticas políticas de um país” (ALONSO, 2015, p. 20), podemos sugerir que ao ocuparem as ruas para influir demandas, ou promover rupturas visando a sensibilização coletiva a respeito dos problemas no meio urbanizado, negros e negras produziram re-existências que escapam às fusões homogeneizadoras resultantes de práticas urbanísticas, responsáveis por desencadear um processo de urbanização que tentou condenar negros e negras à vida de miséria, subemprego e desestruturação dos laços sociais. Nesse contexto, uma agenda de pesquisas pode se desdobrar a partir de análises que consideram o repertório de confronto vis-à-vis experiências do Sul, ensejando reconstruções narrativas necessárias tanto às práticas urbanísticas, quanto aos movimentos sociais urbanos, na direção de referências que nos ajudem a formular projetos e políticas mais consistentes para compreensões do Sul.

## **5 Conclusão**

Transfluência, entendida como noção ou conceito, se assemelha a muitas das expressões da diáspora e do repertório de ações coletivas. Não consiste em método ou fórmula a ser aplicada a qualquer situação, e sim convite à investigação empírica de contextos históricos fortemente marcados pela violência colonizadora. O que se elaborou neste texto foram considerações a respeito do termo, tornando-o ideia-chave permeável a experiências movidas por coletivos negros no curso de suas lutas emancipatórias. Em que pese a pretenciosa abrangência de fenômenos para os quais se tentou apontar aqui, ressalta-se o caráter teórico da empreitada, muito mais de reelaborações teóricas do que de usos propositivos ou aplicação de conceitos face a situações determinadas. No horizonte dessa abordagem, chama-se atenção para construir agendas de pesquisa com direções assemelhadas, ocupadas em confluir símbolos e estratégias de ação praticadas por negros e negras em episódios de luta. No que diz respeito ao espaço urbano, isto que é desejável para evocar a alteridade nos modos de coletivização. Retomando Bispo, este é tema relevante para afirmar as muitas possibilidades de convivência entre os diversos povos.

## **Referências**

- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, pp. 49-86, 2009.
- ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, 2 (3): 21-41, 2012.
- ALONSO, A. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARANTES, E. **O porto negro: cultura e trabalho no Porto do Rio de Janeiro nos primeiros anos do séc. XX**. Rio de Janeiro: UFF. Dissertação de Mestrado, 2005.
- AVERMAETE, T. Nomadic Experts and Travelling Perspectives: Colonial Modernity and the Epistemological Shift in Modern Architecture Culture. In AVERMAETE, T.; KARAKAYALI, S.; von OSTEN, M. **Colonial Modern: Aesthetics of the Past, Rebellions for the Future**. Londres: Black Dog Publishing pp. 131-148, 2010.
- BISPO, A. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: UnB/INCT, 2015.
- BISPO, A. Quilombos, transfluência e saberes orgânicos – entrevista com Nego Bispo. [Entrevista concedida a] Paíque Duques Santarém. SANTINI, D.; ALBERGARIA, R.; Santarém, P. **Mobilidade antirracista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- CALABI, D. **História do Urbanismo europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CRUZ, M. C. V. **O porto do Rio de Janeiro no século XIX**: Uma realidade de muitas faces. Tempo (London), Niterói, v. 8, n.2, p. 123-147, 1999.
- FARIAS FILHO, J. A. O corpo na cidade: entre o urbanismo protético e as estratégias de resistência. **Revista Interfaces**, n. 19, vol. 2, jul-dez, pp. 201-216, 2013.
- FRIDMAN, F. **Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
- GONÇALVES, G. L.; COSTA, S. **Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- HONORATO, C. T.; MANTUANO, T. V. O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. **Revista Acervo**, v. 28, jan-jun, pp. 144-158, 2015.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Nova York: Cambridge University Press, 2001.
- MACHADO, M. P. T.; ARIZA, M. B. Escravas e libertas na cidade de São Paulo: experiências de trabalho, maternidade e emancipação na cidade de São Paulo (1870-1888). In BARONE, A; RIOS, F (org.). **Negros nas cidades brasileiras (1809-1950)**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, pp. 117-142, 2018.
- MAMIGONIAN, B. **Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- REIS, J. J. **Ganhadores – a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- TARROW, S. Charles Tilly and the practice of contentious politics. **Social Movement Studies**, 7, p. 225-246, 2008.
- TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action** Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.